

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
4ª- EDIÇÃO (2014-2015)
SALA AMBIENTE PROJETO VIVENCIAL (PV)**

Izabel Cristina Monteiro Ribeiro

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
DOS ALUNOS DO QUARTO ANO**

SANT'ANA DO LIVRAMENTO

2015

Izabel Cristina Monteiro Ribeiro

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
DOS ALUNOS DO QUARTO ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Antônio Paim Falcetta

RESUMO

Este estudo tem por objetivo buscar, junto à comunidade escolar, uma forma de solução aos problemas ou dificuldades encontrados no processo de alfabetização dos alunos, principalmente aqueles que chegam ao quarto ano sem o domínio das habilidades de leitura e escrita com autonomia. Com base neste problema, buscou investigar aqui as causas relacionadas à falta de interesse, ao comprometimento da família e do professor com o processo educativo, considerando-se ainda aspectos relacionados às dificuldades neurológicas, psicológicas ou de comunicação. Este trabalho de conclusão é o fechamento do Curso de Especialização em Gestão Escolar, inserido no Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica do MEC, oferecido pela Universidade do Rio Grande do Sul e organizado pela Faculdade de Educação, no qual tive o privilégio de participar. O foco do Projeto de Intervenção proposto “Dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização do quarto ano” foi definido em reunião com professores, equipe diretiva e funcionários da Escola da Rede Estadual de Ensino Fundamental, do município de Uruguaiana. As ações previstas no projeto resultaram em intervenções contínuas no processo de ensino-aprendizagem dos anos iniciais da escola. Os objetivos propostos foram: melhorar as práticas de alunos, professores, equipe diretiva, comunidade escolar; envolver e assegurar a prática dos integrantes, a organização democrática do processo; e propiciar o compromisso dos participantes, para que a ação seja eficiente e eficaz. Os principais autores utilizados foram GANDIN (2001), SILVA (2009), FRANCO (2005), THIOLENT (1985), KEMMIS e MCTAGGART (1982), DICK (1997 e 1998), ARELLANO (s.d); O’BRIEN (1998), DAVID TRIPP (2005). A pesquisa-ação foi a metodologia utilizada, pois assegura uma prática mais eficiente de intervenção.

Palavras-chave: aprendizagem, dificuldades, transtornos, desenvolvimento, cognição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	07
METODOLOGIA	13
ANÁLISE DAS AÇÕES.....	15
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	18
REFERÊNCIAS	20
ANEXOS.....	22

INTRODUÇÃO

Esta escola da rede estadual de ensino fundamental do município de Uruguaiana tem duas turmas de quarto ano, no turno da tarde, com alunos com muitas dificuldades na aprendizagem, sejam nas habilidades de leitura e escrita seja relacionada à oralidade e ao raciocínio – o que afeta, além das turmas, a escola como um todo. Após a decisão da comunidade escolar pelo foco “Dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização do quarto ano”, a ser tomado como objeto da pesquisa-ação proposta neste curso, desenvolveu-se o estudo que aqui apresentamos.

A aprendizagem é uma função integrativa, na qual se relaciona corpo, psique e mente para que o indivíduo possa apropriar-se da realidade de uma forma particular. Um dos maiores desafios sociais da Educação do século XXI é exatamente a integração e a socialização das crianças com dificuldade ou problemas de aprendizagem, que apresentam essencialmente a incapacidade de conceituar e processar a informação, assim como desenvolverem os aspectos psicomotores.

Reunimos os professores dos quartos anos da Escola, para que fossem discutidas as ações e procedimentos que dariam seguimento ao trabalho, entrevistas com: professores, pais e alunos, para investigarmos qual das funções da aprendizagem estavam causando esta dificuldade no processo cognitivo dos alunos: corpo, psique ou mente. Para que, descobríssemos se estávamos diante de um “Transtorno ou Dificuldade de Aprendizagem.

Pois, constatou-se, a partir dos estudos e das leituras realizadas, que há uma gama incomensurável de transtornos causadores das dificuldades de aprendizagem (DA); cabe, portanto, o envolvimento de todos para se buscarem estratégias que promovam condições para que se amenizem os problemas e se conquiste a qualidade tão desejada na aprendizagem – direito de todos, sem exceção, inclusive daqueles que ainda não alcançaram o sucesso no seu processo de escolarização.

Como tais dificuldades conformam-se por uma complexidade de fatores, há a necessidade de se buscarem em aspectos diferenciados as suas causas, o que demanda

uma maior competência por parte dos profissionais da educação. Segundo um artigo, publicado pela revista Direcional Escolas da especialista em Psicopedagogia e em Educação, professora Maria Irene Malluf (2013),

A dificuldade de aprendizagem, DA, não tem causa única que a determine, mas há uma conjugação de fatores que agem frente a uma predisposição momentânea da criança. Alguns estudiosos enfatizam os aspectos afetivos, outros preferem apontar os aspectos perceptivos, muitos justificam esse quadro alegando existir uma imaturidade funcional do sistema nervoso. Ainda há os que sustentam que essas crianças apresentam atrasos no desempenho escolar por fatores como a falta de interesse, perturbação emocional ou inadequação metodológica (20013, p.1).

Os principais transtornos de aprendizagem são os de Leitura e Escrita, de Cálculo, de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade e o Transtorno não Verbal de Aprendizagem. O diagnóstico dessas dificuldades deve ser realizado por profissionais especializados e experientes, ou uma equipe multiprofissional que garanta também o planejamento e a intervenção, objetivando minimizar os efeitos de tais distúrbios sobre a vida da criança. Essa equipe deve ter necessariamente a presença de um psicopedagogo, que é o profissional habilitado para identificar tais aspectos.

A Escola na qual esta sendo desenvolvida esta investigação, vem trabalhando para que a gestão democrática se torne efetiva e seja uma prática estrutural e significativa para todos. Por isso, as dificuldades detectadas em alguns alunos pelos professores do quarto ano foram, então, foram discutidas em reunião com os demais colegas e a equipe diretiva. A partir desse diálogo, iniciou-se o processo para o desenvolvimento do trabalho, cujo objetivo era e é diminuir ou sanar, juntamente com a comunidade escolar, os déficits de aprendizagem que os educandos apresentam. Salienta-se que os pais são atores fundamentais nessa investidura para que o sucesso, no que diz respeito à aprendizagem desses alunos, seja conquistado. Então, os mesmos foram envolvidos no desenvolvimento do PI, através da interação com os professores e alunos, para realização do trabalho prático e das oficinas de alfabetização e reforço para aqueles com dificuldades no processo de alfabetização e no raciocínio lógico matemático, conforme o diagnóstico que foi realizado durante esse período.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos textos lidos e estudados durante o curso, firmaram-se as ideias para a elaboração do Foco do Projeto Vivencial, com o apoio coletivo de professores, alunos e equipe diretiva, tornando efetiva a participação de todos, colocando em prática a gestão democrática. Compreende-se que, a escola deva ser um espaço de fortalecimento das relações democráticas, no qual as tarefas e as decisões são compartilhadas e definidas pelo coletivo. Quando buscamos concretizar e efetivar a gestão democrática, devemos torná-la foco do processo educativo, o que implica uma relação dialógica com a comunidade na qual está inserida, dividindo-se angústias, dúvidas e caminhos a serem percorridos também pelo todo.

Sabemos que não existe democracia sem a democratização da educação, o que significa uma relação igualitária e de qualidade, na qual todos busquem o sucesso de todos. Quanto a esta questão, Cury (2007) aponta:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (Brasil, 1988, art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática (CURY, 2007, p. 12).

A partir disso, entende-se que a gestão democrática é um modo de gerir a educação, pautado na participação da sociedade, na sua diferença, baseando-se no conceito de totalidade. Totalidade tanto no pensar pedagógico quanto na tomada de decisão frente aos mecanismos de ensinar e aprender (COMERLATTO, 2013). E, para isso, no espaço escolar, é necessário, segundo Paro (2008),

[...] conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento. É nesse contexto de identidade coletiva e de participação direta que a escola terá forças para [...] pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e recursos (PARO, 2008, p. 12).

Participar e clamar esta participação, portanto, deve ser o objetivo para o sucesso de todas as ações realizadas no contexto escolar, compartilhando todas as questões pertinentes ao seu processo. Cury (2006, p. 51) afirma que “participar é dar parte e ter parte”.

Como não basta que se rompa com os modelos autoritários de organização da escola, é necessário que se façam acompanhar desse processo mudanças as organizações sociais como um todo. Segundo Gandin,

[...] a proposta básica que possibilite a participação do povo, a partir de sua cultura, na educação, é uma nova ruptura [...]. Significa desativar mecanismos e ativar outros significam revisar valores, significa aprofundar a humildade que permite reconhecer erros. [...] É claro, portanto, que [...] devemos alcançar uma visão global do problema e, na prática, trabalhar com esta visão global: só poderemos ter uma real participação do povo, dentro de sua cultura, quando não só a ESCOLA, mas a realidade global for transformada. Há, portanto, uma tarefa básica: lutar para que a humanidade reveja seu processo de desenvolvimento que prejudica grandes populações. Paralelamente, há uma tarefa tão importante como essa: a de ir resolvendo pontos específicos dentro dessa linha global. Para nós que trabalhamos em educação, esta tarefa, embora não possa se limitar a isso, deve ser desdobrada, essencialmente, no educacional e no pedagógico (GANDIN, texto eletrônico da plataforma do curso).

O mesmo autor também aponta a necessidade de se gerir democraticamente a escola.

Para que o processo educativo se torne mais eficaz, é de fundamental importância realizar um trabalho fundamentado na gestão democrática, em que todos participam do processo e se tornam elementos de mudança; assim todos crescem o fazer pedagógico é redimensionado, e todos saem ganhando (GANDIN, texto eletrônico da plataforma do curso).

Retoma-se, então, a premissa de que compartilhar todos os momentos, dificuldades e demandas que envolvem a gestão, promovendo a interação e participação dos segmentos da comunidade escolar é primordial para o sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, Silva afirma que:

Cabe ao gestor educacional ter clareza quanto aos caminhos que pretende construir, de modo a se criarem condições para que a participação seja a mais ampliada e efetiva possível, tanto nos processos de tomada de decisão quanto de ensino. Por certo, nenhuma forma de participação é plenamente satisfatória (2009, p.7).

No mesmo sentido, Libâneo (2004) afirma que

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (2004, p. 102).

A participação, portanto, pressupõe e potencializa a autonomia na e da comunidade escolar.

Cabe, assim, ao gestor, assegurar os direitos dos educandos, que vai desde a garantia de acesso até estratégias que visem à qualidade na educação e ao sucesso de todos os envolvidos nesse processo, principalmente aqueles que demonstram dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, a gestão democrática não é apenas um meio, é um fim a alcançar, tendo em vista os princípios da democracia, exposta na Constituição Federal de 1988 (CF/88), art. 205, que define a educação brasileira como

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BrasilCF/88).

Participação não é o foco deste trabalho, entretanto, é fundamental para que se identifiquem as dificuldades que os alunos dos anos iniciais enfrentam, pois, se não houver o comprometimento e o empenho de todos para o sucesso desses alunos, pouco ou quase nada será conquistado, como confirma Vitor Paro:

[...] No que concerne à participação presencial dos usuários, há várias questões atinentes a sua facilitação. Um primeiro aspecto diz respeito à tomada de consciência, por parte dos educadores, da importância da participação dos pais na vida escolar de seus filhos, e da necessária continuidade entre educação familiar e escolar. Corolário dessa questão é a que diz respeito ao esclarecimento aos pais a respeito dessa continuidade bem como à oportunidade de participarem melhor da educação dos filhos, por meio, por exemplo, da instituição de grupos de formação de pais, proporcionados pela escola, sob a coordenação de educadores, em que os pais discutam questões da educação de seus filhos e possam melhor se familiarizar com as ações educativas da escola. Outra questão refere-se à necessidade de desenvolvimento de uma visão positiva nos educadores a respeito da importância da escola para a comunidade. Isso requer medidas efetivas, como as que induzam professores a entrarem em contato direto com as famílias de seus alunos, para sentirem os problemas de sua

realidade e desenvolverem maior compreensão e generosidade com relação a esses problemas. Finalmente, pode-se lembrar a necessidade de promover o estímulo e a facilitação da utilização, pela comunidade, do espaço escolar e seus equipamentos nos horários alternativos às atividades de ensino propriamente ditas. Todas essas medidas têm por finalidade inverter a visão que se tem hoje da escola pública fundamental como local onde os pais são chamados apenas para resolver problemas de disciplina de seus filhos ou para tomarem conhecimentos de que estão indo mal nos estudos por culpa deles mesmos ou da família; procurando, em vez disso, levar os pais de alunos e a comunidade em geral a terem uma concepção positiva da escola, a vê-la como algo desejável, onde são acolhidos e respeitados em seus direitos de cidadão (PARO, texto eletrônico da plataforma do curso).

Cury afirma que o gestor educacional tem de garantir o direito ao aprendizado de qualidade a todos os educandos, como está, aliás, no art.22 da LDB:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores.

No que se referem ao foco do Projeto de Intervenção, dificuldades de aprendizagem ou DA, são pertinentes ao viés deste trabalho as definições elencadas a seguir. De acordo com Daniela Souza (psicopedagoga da Secretaria de Educação, do estado do Pará), temos:

Dificuldade de aprendizagem, por vezes referida como desordem de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem, é um tipo de desordem pela qual um indivíduo apresenta dificuldades em aprender efetivamente.

Parece também sensata a definição da Lei Pública Americana (Federal Register, 1977), PL 94 -142, de que consta:

Dificuldade de aprendizagem específica significa uma perturbação em um ou mais processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode manifestar-se por uma aptidão imperfeita de escutar, pensar, ler, escrever, soletrar ou fazer cálculos matemáticos. O termo inclui condições como deficiências perceptivas, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia e afasia de desenvolvimento. O termo não engloba as crianças que têm problemas de aprendizagem resultantes principalmente de deficiência visual, auditiva ou motora, de deficiência mental, de perturbação emocional ou de desvantagens ambientais, culturais ou econômicas.

Souza (1996), assim define:

Os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso acadêmico se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível socioeconômico e suas relações com ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais, etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo. O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa, etc., e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, autoestima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias acepções e modalidades.

Souza (1996) coloca que os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso acadêmico se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível socioeconômico e suas relações com ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais, etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo. O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa, etc., e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, autoestima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias acepções e modalidades.

Segundo artigos e fontes pesquisadas existem vários tipos de dificuldades de aprendizagem, e alguns autores definem também como transtornos, quando as DA, são mais graves ou severas. Nos casos estudados especificamente na Escola utilizada para desenvolvimento do trabalho, foram constatadas desvantagens ambientais, pois, na maioria dos investigados, não há o acompanhamento dos pais dos trabalhos realizados nem incentivo à leitura ou ao estudo em casa. O momento do aprimoramento da aprendizagem fica, então, em defasagem, restando apenas o que é desenvolvido em sala de aula pelo professor, que nem sempre consegue atender com mais tempo ou calma aquele que tem dificuldade. Então, comprovou-se que o meio no qual o aluno ou aluna está inserido (a), vai influenciar no processo de aprendizagem, pois, conforme o estímulo que houver no seu ambiente familiar o desenvolvimento ocorrerá de maneira mais ou menos objetiva causando assim, benefícios ou prejuízos para os mesmos. Então, concordo com Souza, pois, acredito que o contexto psicológico vai ser determinado pela organização familiar e este fator será determinante para que, se desenvolvam ou não, certas

dificuldades no processo de aprendizagem desse estudante, porque motivar, incentivar e enriquecer o conhecimento das crianças é papel de todos que convivem com ela. Por isso, a responsabilidade é também de todos, não somente da Escola, mas dos pais, dos familiares, da sociedade como um todo.

METODOLOGIA

Para realizar esta ação na Escola e alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa-ação como base metodológica. Segundo Richardson (texto eletrônico da plataforma do curso), “a pesquisa-ação orienta-se por um processo que implica planejar, observar, agir e refletir”. A pesquisa-ação, por conseguinte, visa produzir mudanças, melhorar a prática dos participantes e a sua compreensão do contexto em que a intervenção se desenvolve envolver a todos, assegurar a organização democrática da ação, propiciando, assim, o comprometimento de todos com a mudança.

Franco (2005) afirma, sobre o envolvimento na pesquisa-ação dos sujeitos pesquisados, que

A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio de etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo. Dai a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidades de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos (FRANCO, 2005, p. 486).

Então, nada mais acertado que buscar o “sujeito” e fazê-lo protagonista da ação, que resultará no benefício do coletivo e facilitará a identificação dos problemas em sua complexidade.

Segundo Michel Thiollent (2005):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (2005, p.25).

Esse trabalho, de natureza qualitativa, tem a pesquisa-ação como metodologia, pois assim tanto o pesquisador quanto o grupo da escola interagem na busca de uma transformação da realidade. Nesse sentido Thiollent (2005) contribui, dizendo que

É um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um

problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (2005, p. 16).

Comprova-se, assim, que a pesquisa-ação é uma das metodologias mais eficazes no que se refere ao envolvimento do grupo. Segundo Bosco Pinto (1989), é entendido, em sentido mais restrito, como seqüência lógica e sistemática de passos intencionados, ou seja, passos com objetivos que se operacionalizam através de instrumentos e técnicas.

A seqüência metodológica para a execução dos processos de pesquisa-ação insere-se na concepção de educação libertadora, tendo como ponto de partida o diálogo incentivando a participação dos setores populares na busca do conhecimento da realidade para transformá-la.

A pesquisa-ação como método agrega várias técnicas de pesquisa social. Utiliza-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva.

Então, foi utilizada a pesquisa-ação, através da realização das reuniões, para coleta de dados, com diálogo, a interação dos grupos, as entrevistas, a análise das respostas das questões averiguadas e a formação dos grupos para colocar em prática as atividades de apoio e reforço nas áreas onde os alunos e alunos apresentaram maior dificuldade que foram: alfabetização e o raciocínio lógico matemático, conforme os objetivos e as propostas que almejamos como conhecimento e práticas coletivas do nosso Projeto de Intervenção, o resultado com certeza só será alcançado em longo prazo, com a insistência, o comprometimento e o esforço de toda a comunidade escolar, pois visamos ao sucesso de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

ANÁLISE DAS AÇÕES

Ao longo da implementação e do desenvolvimento do Projeto de Intervenção, foram realizadas diversas ações que envolveram a comunidade escolar. Primeiramente foi realizada uma reunião com os professores e funcionários da escola para discutirmos e decidirmos o foco do PI. Após a análise dos temas e problemas detectados, foi escolhido o tópico: *dificuldades de aprendizagem* (DA) ou déficit, detectado pelos docentes, principalmente por aqueles que são regentes dos quartos anos da escola.

A partir dessa escolha, foram determinadas e combinadas as seqüencialidades das tarefas do grupo para envolver os demais protagonistas do processo: pais e alunos. Organizaram-se, então, reuniões para a discussão do PI com os demais segmentos, buscando-se, assim, uma interação para a resolução e a participação na vida escolar dos discentes, o que assegura a organização democrática desse processo em evolução e propicia o compromisso de todos os envolvidos com a qualidade da educação.

Firmaram-se, então, os princípios da gestão democrática, que comprova que a Escola e o processo educativo só obtêm resultados significativos se forem realizados com o apoio coletivo, uma vez que o bem comum e o sucesso requerem o esforço de todos. Segundo Gandin (2011), “[...] todos participam do processo e se tornam elementos de mudança; assim todos crescem o fazer pedagógico é redimensionado, e todos saem ganhando”. Portanto, só serão alcançados os objetivos e resultados almejados se houver de maneira efetiva e eficaz o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Através dos questionários investigativos e do diálogo com pais e professores dos alunos, foram identificados dois grupos, dos treze analisados, cinco casos com maiores dificuldades (DA) – aqueles que necessitavam, segundo o que foi detectado, de encaminhamento para um atendimento especializado. Estes foram com documento da escola realizar a investigação com o profissional habilitado: psicólogo, psicopedagogo, neurologista. Nesta questão, entretanto, observou-se um ponto negativo para o sucesso destes alunos, pois, segundo o relato dos pais e responsáveis que foram até o Posto de

Saúde solicitar consulta com o especialista indicado, ou não havia mais consulta para agendar, ou o profissional não atendia mais pelo Sistema Único de Saúde. Aqueles que conseguiram, relataram que a consulta, principalmente com psicólogo, acontece uma vez ao mês, quando o profissional não falta ou não constata nenhum problema no aluno, e informa aos pais que o problema é a escola ou o professor, que não estão sabendo como interagir ou fazer com que esse aluno aprenda de maneira satisfatória ou significativa, liberando-o após, uma duas sessões e na maioria das vezes não enviando nenhum Parecer, do mesmo à Escola. Infelizmente, não há Neurologista, fazendo atendimento para crianças pelo SUS, no nosso Município, para que seja realizada a investigação quanto a algum educando com Transtorno de Aprendizagem. O outro grupo, com oito alunos, está participando das oficinas de aprendizagem, com atividades no turno inverso, com a colaboração de pais, professores, equipe diretiva e alunos do nono ano.

Pode-se dizer, então, que enfrentamos e vamos ainda enfrentar grandes desafios até obtermos resultados no mínimo satisfatórios no Projeto de Intervenção. Então, o desafio para dar continuidade ao trabalho e realmente torná-lo efetivo será: (a) conseguir parcerias com o município, para que as avaliações nos alunos com DA sejam realizadas e tenham resultados; (b) fazer com que o processo participativo da gestão democrática se torne real, para que todas as dificuldades que envolvam a escola e o processo educativo sejam conhecidas e partilhadas por todos, como coletivo, e, portanto, sujeitos de todo o sucesso que deve ser garantido a todos por toda a sociedade. Uma vez que o foco deste trabalho vai além dos alunos com dificuldades na leitura, especificamente, e se estende desde a participação como realidade escolar até a reestruturação do PPP da escola, no qual deverá ser colocado o problema detectado no quarto ano da escola.

Foi detectado, durante esse processo de pesquisa, que alguns alunos realmente têm a interação e o convívio familiar comprometidos; outros, no entanto, têm o acompanhamento dos pais, pois, fazem as atividades enviadas para serem realizadas em casa com auxílio, e estas retornam prontas.

Foi observado, ao longo do processo, que há uma amplitude nesse foco, pois existe uma gama de dificuldades que os educandos em fase de desenvolvimento enfrentam, no entanto, se justifica, uma vez que a questão das dificuldades ou da sua identificação não está dissociada do diálogo e da colaboração dos vários atores implicados na educação, desde os profissionais até a família e comunidade. Nesse sentido, Paro (2001) diz que:

[...] a escola que toma como objeto de preocupação levar o aluno a querer aprender, precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a

escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para sua tarefa de desenvolver nos educandos atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar (2001, p. 107).

Todas as questões apresentadas e discutidas durante o processo que estava sendo desenvolvido de maneira prática e reflexiva na Escola, foi para que as mudanças na cultura das responsabilidades e colaborações, muito significativas para o processo contínuo de avaliação, sejam feitas e concretizadas. Conforme Sousa (2012):

A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto para a avaliação institucional quanto para a avaliação da aprendizagem (2012, p. 1).

A intenção de qualquer avaliação, de acordo com Silva (2007), é “obter dados para orientar ações futuras”. Nesse sentido, para que sejam conseguidos dados positivos no que se refere aos alunos com DA e para que o sucesso seja garantido a eles, é necessário avaliar, reavaliar e reestruturar os anos iniciais da escola. Como afirma Sousa:

[...] se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar a tomada de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar (2012, p. 3).

Portanto, vamos ao longo do desenvolvimento do Projeto de Intervenção, avaliar as ações que estão sendo realizadas, agora, as oficinas de aprendizagem, até termos efetivado o Laboratório de Aprendizagem, que foi colocado no Projeto Político Pedagógico e no Regimento da Escola.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir do trabalho iniciado, que está em processo e, portanto, deverá continuar em andamento e tornar-se melhorado e mais aperfeiçoado a cada nova ação – seja pela intervenção da comunidade, seja pela dos próprios estudos que estou fazendo ao longo da aplicação do Projeto de Intervenção –, pude constatar que o tema escolhido é amplo e nada simples. O que se pôde comprovar é que algumas dificuldades são por falta, realmente, de atenção e participação na vida escolar por parte da família, que, infelizmente, não acompanha as atividades dos seus filhos em casa e, portanto, abandona intelectualmente uma criança que ainda está desenvolvendo hábitos e rotinas.

Observou-se um caso específico: a mãe do aluno não é alfabetizada, por isso, “ele” não tem horas ou momentos para a realização dos temas ou trabalhos extraclasse, e este é um dos motivos de ele apresentar dificuldades. Então, a partir das aulas que foram realizadas para o acompanhamento desse e dos demais alunos do quarto ano, que apresentavam dificuldades, foi constatado que houve mais esforço, interesse e dedicação da parte dos envolvidos. Observou-se que o trabalho das oficinas de aprendizagem, vem surtindo resultados positivos para toda a comunidade. Percebe-se que, com a participação e o apoio coletivo, os resultados são possíveis e muitas vezes mais precisos. Estamos, afinal, colocando em prática a gestão democrática com objetivos de torná-la visível no dia a dia da escola, e nada melhor que praticá-la, fazendo do processo de dificuldades de aprendizagem (DA) uma questão de e para toda a comunidade. Por isso, a identificação dessas dificuldades e os modos como trabalhá-las passaram a fazer parte do nosso dia a dia escolar, tornando a aprendizagem realmente uma conquista e que deverá alcançar a todos.

Portanto, o que se busca é o sucesso e qualidade na e da aprendizagem, de maneira efetiva e eficaz. Vitor Henrique Paro (2008, p.13) se refere, em um dos textos lidos e estudados, que tanto os educadores quanto os pais devem ter consciência da sua importância para a vida escolar e para a continuidade desta no âmbito familiar. E isso requer uma ação de ambas às partes, principalmente de medidas que induzam e aprimorem a prática, na solução dos problemas de participação e de interação da comunidade, sendo essa participação ativa o diferencial transformador. Para que isso ocorra, então, o trabalho coletivo deve convergir para o “bem comum”, o que trará um caminho para o sucesso e a qualidade almejada por todos para a Escola Pública.

Afirmo que o trabalho que está em desenvolvimento, estará presente no Projeto Político Pedagógico e no Regimento da Escola, com a efetivação da Sala de

Aprendizagem, que vai atender os alunos com dificuldades de aprendizagem, bem como aqueles, que a partir de diagnóstico avaliativo médico ou de especialista, apresentarem transtorno de aprendizagem, condição que foi citada no presente trabalho, entretanto, para comprovação dos mesmos é necessário uma análise mais aprofundada de cada aluno com o profissional adequado.

Posso dizer que, sempre teremos questionamentos, desafios, pontos negativos e positivos, porque esta é a rotina dos trabalhadores em educação. Por isso, o trabalho iniciado no ano de dois mil e quatorze, terá continuidade ao longo do Processo Educacional da Escola, será avaliado e aprimorado, uma vez que, a aprendizagem é um processo e, por isso, não há um ponto final, está sempre em renovação. Pois, aprendemos sempre e diariamente, e por isso devemos ser melhores a cada novo dia, e isto não deve ser diferente para os nossos alunos, tenham eles dificuldades ou não, busquemos então, que diminuam ou sanem as mesmas com o trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Evandro; SILVA, Maria Beatriz Gomes Da. Sala-ambiente “Projeto “Vivencial” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

GANDIN, Adriana; GANDIN, Danilo. Gestão Democrática e Planejamento Participativo. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul [HYPERLINK "http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/57/Projeto_Vivencial/PV2-leituras/Forma%E7%E3o%20a%20dist%E2ncia%20para%20gestores%20da%20Educa%E7%E3o%20B%E1sica%20-%20olhares%20sobre%20uma%20experi%Eancia%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf"](http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/57/Projeto_Vivencial/PV2-leituras/Forma%E7%E3o%20a%20dist%E2ncia%20para%20gestores%20da%20Educa%E7%E3o%20B%E1sica%20-%20olhares%20sobre%20uma%20experi%Eancia%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf). Porto Alegre: Evangraf, 2014.

PARO, V. A estrutura da escola e prática educacional democrática. In: 30ª Reunião Anual da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambu, 2007;

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa-ação?

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

TERÁN, Nora Espinosa/ Salgado, Ana Maria. Dificuldades de Aprendizagem

MALUFF, Maria Irene.(Especialista em Psicopedagogia e em Educação Especial / Editora da revista Psicopedagogia da Abpp /Profª convidada do Instituto Sedes Sapientiae / Coordenadora/SP do Curso de Especialização em Neuropedagogia do Instituto Saber Cultura – www.irenemaluf.com.br)

SOUZA, E. M. Problemas de aprendizagem – Crianças de 8 a 11 anos. Bauru: EDUSC, 1996.

ESTRUTURA DA ESCOLA E PRÁTICA EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA PARO, Vitor
Henrique – USP – vhparo@usp.br GT: Estado e Política Educacional / n.05 Agência
Financiadora: CNPq

Anexos

Relatório das atividades realizadas.

Data e ação Realizada	Participantes/ Segmentos	Objetivos	Estratégias/ Procedimentos	Avaliação das ações		
				Aspectos positivos	Dificuldades/ Desafios	Encaminhamentos
28/11/14	Professores, funcionários e equipe diretiva	Definir o Foco do PI da Escola	Reunião com os segmentos para discussão e lançamento de ideias para escolha do Foco do PI.	Participação de todos durante o processo.	Colocar O processo em prática.	Reunião com todos os segmentos, para esclarecer as dúvidas.
05/12/14	Equipe diretiva e pais	Apresentar a sugestão do Foco do PI.	Reunião da equipe diretiva com os pais, para apresentar o Foco sugerido, pelos professores e verificar se todos concordam.	Interesse de alguns pais em querer colaborar, fazer parte processo da efetivação do Foco.	Conseguir que todos participem.	Verificar através de encontros quinzenais se a participação aumentou.
25/02/15	Equipe diretiva, professores e funcionários.	Elaborar ações concretas para efetivar a aplicação do PI.	Reunião com os professores para verificar as ações que serão realizadas: questionários, entrevistas e reuniões com os pais e os alunos que apresentam dificuldades no quarto ano.	Aceitação dos colegas, colaboração e participação.	Espaço para realização das atividades propostas, pois, se as questões são enviadas para casa dos alunos, às vezes, não retornam, dificultando o processo de análise dos dados.	Reunir os pais após o horário de aula, para responder as questões do questionário investigativo.
19/03/15	Equipe diretiva, professores e pais	Retomar o Foco do PI	Reunião com os pais, para refletir sobre o PI e aplicação das atividades.	Aprovação do Foco do PI.	Pouca participação dos pais ou responsáveis pelos alunos, que apresentam	Fazer o chamamento através do contato com os pais dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

					dificuldades.	
24-04-15	Equipe diretiva, professores, pais e alunos.	Aplicação do questionário, para pais, alunos e professores.	Reunião com os professores do quarto ano, alunos deste ano que apresentam dificuldades e os pais dos mesmos.	Explicação e esclarecimentos a cerca do questionário.	Que todos os pais convocados, compareçam.	Verificar presenças e ausências, para agendar um próximo encontro.
04/05/15	Equipe diretiva e professores.	Tabulação dos dados obtidos a partir das respostas do questionário.	Reunião com os professores, para discussão dos resultados.	Observar e analisar os resultados.	Fazer o diagnóstico e planejar as ações, a partir dos resultados.	Reunião com os pais dos alunos que apresentaram maior dificuldade na realização do questionário.

Questionários realizados durante o processo:

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS:
<ul style="list-style-type: none">• Ele/ela demonstra interesse para estudar ?
<ul style="list-style-type: none">• Realiza os temas ou trabalhos que são levados para casa?
<ul style="list-style-type: none">• Demonstra alguma dificuldade para realizar os temas?
<ul style="list-style-type: none">• Tem colaboração de algum familiar para realizar os temas?
<ul style="list-style-type: none">• Até que ano os pais ou responsáveis estudaram?

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DO 1º AO 5º ANO:
I- Quais destes fatores influenciam na aprendizagem da leitura e escrita dos educandos:
<input type="checkbox"/> legibilidade da letra
<input type="checkbox"/> problema de compreensão
<input type="checkbox"/> soletração perfeita
<input type="checkbox"/> excessivas fixações do olho na linha
<input type="checkbox"/> orienta-se no espaço direito e esquerdo
<ul style="list-style-type: none">• Quais são os fatores essenciais para o desenvolvimento da capacidade de aprender?
<ul style="list-style-type: none">• Como é possível diagnosticar que o educando está com problemas de aprendizagem?
<ul style="list-style-type: none">• Como os pais dos educandos com dificuldades na leitura e na escrita são envolvidos no trabalho educativo?
<ul style="list-style-type: none">• Como você orienta os (as) alunos (as) com dificuldades na leitura e escrita?

ATA E FOTOS DE REUNIÕES COM A COMUNIDADE ESCOLAR

Elisandra Lucas

Ata nº 16

dos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois e quatorze, reuniram-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental Flores da Cunha, a diretora professora Izabel Ribeiro e a comunidade escolar: professores e pais, para a apresentação do Plano de Intervenção (2014/2015), do curso de Formação de Gestores da Educação Básica. A diretora informou que já havia dialogado com os professores e foi detectado: as dificuldades de aprendizagem nos terceiros e quartos anos. Problemas que serão investigados para serem trabalhadas no próximo ano letivo. Sada mais a tratar larvo a presente Ata que será assinada pelos presentes. Inguaiama, 24 de novembro de 2014. Izabel Ribeiro, Rosângela Alves, Maria do Carmo Cedlin, Marcia Gonçalves, Claudilene Barros, Denise Fontoura da Silva, Angela D'Agarcia, Claudimil C. Lopes, Lenir da Silva





